

IDEOLOGIA E LUTA DE CLASSES: CAPITAL FICTÍCIO, NEOLIBERALISMO E O FIM DO CAPITALISMO CLÁSSICO

Wécio Pinheiro Araújo¹

Introdução

“A economia é o método. O objetivo é transformar o espírito”

Margaret Thatcher²

Este ensaio corresponde ao arrazoado (revisado e ampliado) da conferência pronunciada pelo presente autor no IX Seminário de Análise do Discurso (SEAD), que tematizou a análise do discurso e suas condições de produção, realizado em novembro de 2019, na Universidade Federal do Pernambuco. O objetivo da preleção em tela foi compartilhar algumas hipóteses no tocante à problematização de algumas ferramentas conceituais no espectro teórico marxiano/marxista, diante do desafio de dar repostas a alguns problemas políticos do nosso tempo, atinentes à questão da relação entre ideologia e luta de classes no capitalismo contemporâneo. Neste caso, abordamos a questão da luta de classes – um tema caro para o marxismo – no contexto da racionalidade neoliberal no século XXI, sob a dominação do capital fictício (*fiktives Kapital*) enquanto forma social resultante do processo de substantivação e autonomização do valor (*Wert*). A hipótese primária assumida aqui é que a forma do valor (*Wertform*) enquanto razão econômica e social imanente ao conteúdo das relações sociais produzidas a partir do trabalho subjugado ao capital, produz determinações para as formas ideológicas desse conteúdo ser vivenciado subjetivamente pelos indivíduos na trama política da sociabilidade capitalista. Essas determinações fornecem uma nova morfologia ao caráter ideológico da luta de classes, a partir da nova morfologia do trabalho sob a dominação do capital fictício.

Na conjuntura política hodierna, vivemos sob o julgo do fenômeno que Marx denominou no livro terceiro d'O *Capital* (2017), de negócios fictícios (*Scheingeschäften*). Com base nessa formulação geral, o ponto de partida para nossa discussão está na economia política, e é o seguinte: no estágio fictício do capital financeiro, o processo global de acumulação capitalista se apresenta determinado pelo fetiche do mais valor no mercado de capitais, que subjuga toda a esfera produtiva. O fenômeno mais geral que vem corroborar a nossa hipótese consiste no fato de que essa forma ultrafetichista da acumulação capitalista, adquiriu autonomia e poder de dominação sobre a totalidade das relações sociais na sociedade capitalista,

¹ Professor de Filosofia Política na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em filosofia pelo Programa Integrado de Doutorado em Filosofia UFPE/UFPB/UFRN, com estudos doutorais na HGB/Leipzig (Alemanha) mediante bolsa CAPES/PDSE (2017). É autor de livro, capítulos de livros e vários artigos sobre o pensamento de Hegel e de Marx enquanto fundamento filosófico para uma crítica social do presente. E-mail: weciop@hotmail.com.

² *Apud* Ardot e Laval (2016, p. 331).

ao passo que se constitui na expressão contemporânea daquilo que Marx denominou por capital fictício. Estudos recentes comprovam a atualidade de Marx, a exemplo da obra intitulada *Le capital fictif* (ainda sem tradução no Brasil), do francês Cédric Durand (2014), na qual o autor chama atenção para o fato de que a financeirização não é um epifenômeno, mas, muito pelo contrário, se trata de um processo que se encontra no coração de como o capitalismo contemporâneo está organizado social e politicamente.

A contradição entre produtividade e finanças

Na era da financeirização, o movimento do capital encontra sua chave heurística na seguinte contradição: o aquecimento da indústria e do mercado por meio do crédito ultrapassa os limites capitalistas da sua própria produção e reprodução reais, embora o capital fictício desconheça limites em sua fetichista razão de ser. Assim, países inteiros podem ter suas economias fragilizadas ou até mesmo destruídas por um eventual descompasso gerado por uma corrida violenta dos credores, na busca por meios de pagamentos em face do esgotamento de um ciclo econômico produtivo sob a especulação do capital fictício. Trata-se de um mercado de ilusões no qual o capital consome o seu futuro, posto que não tem mais presente, tendo em vista que chegou ao seu limite no campo produtivo³. Por sua vez, o processo global de acumulação capitalista se apresenta determinado pelo fetiche do mais valor no mercado de capitais, que subjuga toda a esfera produtiva ao processo de financeirização. Nesta direção, para a relação entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais (trabalho/valor), e de outro, o Estado e seus aparelhos ideológicos como a forma política de se vivenciar este conteúdo, importa compreender o seguinte: Marx esclarece que “A acumulação do capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de **credores do Estado**, que têm o privilégio de retirar antecipadamente para si certas somas sobre a massa dos impostos públicos” (MARX, 2017, p. 533, grifo meu) produzidos na e pela sociedade, a partir de todo o circuito de produção e reprodução do valor, desde a indústria até o comércio de bens e serviços. Neste cenário, a classe que está agora no controle da dominação econômica, não é mais precisamente a burguesia clássica (industrial); são os chamados “investidores”, isto é, aquela “classe” que possui a propriedade da forma autônoma e substantivada do valor: o capital fictício. Assim, a forma autonomizada e substantivada do valor (capital), domina completamente o conteúdo das relações sociais (o mundo do trabalho).

Para falar do peso político dessa forma autônoma e substantivada do valor alcançada no tempo presente, precisamos começar por recordar quando Marx explicou que no estágio capitalista no qual as finanças subjagam a esfera da produção, tudo gira em torno de um mefistofélico sistema de crédito global. Portanto, assim analisou no livro terceiro d’*O Capital*: “Enquanto o processo de reprodução mantém a fluidez e assim assegura o retorno do capital, esse crédito perdura e se expande, e essa expansão é baseada sobre a do próprio processo de reprodução” (MARX, 1985, p. 555). No entanto, quando os negócios estancam, o retorno dos pagamentos não acontece e o crédito contrai-se, colapsando assim toda

³ O economista Ladislau Dowbor analisa essa questão no seu livro *A era do capital improdutivo* (2017).

a estrutura econômica que dele depende. Assim acrescenta Marx: “Num sistema de produção em que o mecanismo do processo de reprodução repousa sobre o crédito, se este cessa bruscamente [...], deve evidentemente sobrevir crise” (Ibid., p. 563). Em termos estruturais e sob uma perspectiva de globalidade do capitalismo contemporâneo, a essência da crise global está na contradição entre produtividade e finanças. Mas qual seria o peso político dessa história toda? É aí onde entra em cena na trama da luta de classes, essa dama ardilosa chamada ideologia.

Para compreender a questão em suas determinações sociais e políticas, é preciso levar em conta as relações entre trabalho e capital fictício, e como isso se desdobra ideologicamente nos processos de subjetivação decorrentes da urdidura entre, de um lado, o neoliberalismo como um racionalidade política da *desdemocratização* (*de-democratization*) – conforme define a Wendy Brown (2018a; 2018b) – sob a dominação do capital fictício, e de outro, um moralismo neoconservador amparado em um avivamento fascista (ou neofascista), que dá um contorno mitológico chauvinista à contextura da luta de classes, e chega ao lugar no qual o poder adquire centralidade, ou seja, o Estado, sob uma aparência de democracia.

No campo político mais profundo, o entrave se dá entre capital fictício e democracia. Na periferia do capitalismo global, o Estado democrático de direito e a lógica democrática da cidadania social, se tornaram um impasse para o “investimento rentável”. Isto nos trouxe a um momento de transição que se constitui como uma era de imprevistos a partir da profunda reestruturação do capitalismo global, que tem seu ponto de singularidade na contradição entre produtividade e finanças, que pode ser assim resumida: cada vez é necessário menos trabalho vivo para se produzir uma unidade de riqueza (mais-valor) sob a dominação do capital, sobretudo com a era digital. Neste sentido, a lei geral da acumulação capitalista, conforme formulada por Marx no capítulo XXIII do livro primeiro d’*O Capital*, se corrobora e se atualiza nesta realidade na qual o capital fictício se autovaloriza à medida que progressivamente dispensa o trabalho vivo. Tudo isso passando pela mediação do desenvolvimento tecnológico, que claramente se põe à serviço do mercado de capitais e seus negócios fictícios. A origem dessa quebra na produtividade quando submetida às finanças, Marx apontou no capital produtor de juros como a forma social mais reificada, da qual surge o capital fictício. Tudo isso está produzindo uma nova morfologia das relações de trabalho e da dominação social sob forte inflexão tecnológica da automação e/ou da digitalização algorítmica, o que traz determinações sociais e políticas para o capitalismo brasileiro. Na questão da política e seus desdobramentos ideológicos, essa contradição assume a forma do neoliberalismo, não apenas como um cartilha econômica, mas sobretudo como, de um lado, uma racionalidade política que se volta contra a democracia e a lógica democrática da cidadania social, e de outro, o recurso a um moralismo neoconservador e reacionário amparado em um avivamento neofascista na sociedade civil, que passa a determinar a luta de classes.

A chave heurística marxiana permanece válida: a vida política não poderá ser compreendida em sua totalidade sem a busca daquelas mediações com a produção e a reprodução sociais e as contradições que lhe são imanentes. Mas precisamos atualizar nossos estudos sobre a crítica do valor e sua “tradução” em um discurso político com efeitos ideológicos reais no contexto contemporâneo da relação entre Estado e sociedade civil. Sem pretensões de enunciar postulados definitivos, uma questão fundamental é:

primeiramente, não há essa história de neoliberalismo como “Estado mínimo”. Como destacam Dardot e Laval (2016), a governamentalidade do neoliberalismo se desloca da produção para o consumo, da fábrica para a empresa, do trabalhador para o empreendedor de si mesmo. O Estado então se apresenta fortemente subjugado à dinâmica de valorização do capital fictício. Neste sentido, o neoliberalismo, segundo costura que a Wendy Brown faz entre Marx e Foucault, não diz respeito mais unicamente à economia e a à técnica do Estado, mas sobretudo aos processos de subjetivação dos indivíduos em suas relações concretas. Como entender essa situação?

A mercadoria como forma de vida e modo de ser

A hipótese secundária (não menos importante do que a primária) é a seguinte: a mercadoria se revela não apenas como coisa, mas sobretudo como a forma de vida e o modo de ser determinante a toda sociabilidade. Neste sentido, como lógica social, a mercadoria se revela enquanto subjetividade produzida historicamente como o corpo que carrega a alma do capital (o valor), que é vivenciada na forma de processos de subjetivação coisificados pela sociabilidade decorrente da forma estranhada do trabalho⁴. Em termos ontológicos, isso significa que a forma mercadoria não se trata apenas de uma coisa, mas se constitui na forma de ser desta sociedade. A forma mercadoria é responsável pela lógica social que determina as condições de produção do discurso enquanto prática social e forma de se vivenciar ideologicamente o conteúdo das relações sociais; ela se tornou uma ideia em sentido hegeliano, isto é, se tornou uma lógica social capaz de determinar as formas dos sujeitos vivenciarem o conteúdo das suas relações concretas. É por meio da mercadoria que o trabalho forma (*bildet*) a consciência. E neste sentido, o neoliberalismo se constrói como uma progressão imanente aos processos de subjetivação do nosso ser, à medida que o *ethos* e o *ontos* da empresa se estabelecem como a forma hegemônica de individuação desta sociedade. Portanto, a questão não é mais a mercadoria apenas como uma coisa ou meramente valor de uso que se realiza como valor de troca. A mediação com o discurso se revela à medida que a desvelamos como uma lógica social que se realiza por meio de operações ideológicas. Trata-se de uma dimensão ontológica da mercadoria enquanto uma racionalidade imanente ao ser social, que produz o discurso do empreendedor de si mesmo enquanto práxis social, que determina a forma dos indivíduos vivenciarem politicamente o conteúdo das relações sociais; processo este que, obviamente, não poderia acontecer sem a solidariedade da forma ideologia.

Isso significa dizer que a mercadoria é a verdadeira ontologia e o verdadeiro modo de ser produzido e desenvolvido historicamente a partir do processo de trabalho. Neste ponto, duas frentes teórico-epistemológicas podem ser acionadas. Primeiramente, no debate contemporâneo, de um lado, a discussão de pensadores como Anselm Jappe (2013), Robert Kurz (2015; 2018) e Moishe Postone (2014) são fundamentais; por outro lado, a questão da biopolítica e da governamentalidade em Michel Foucault se

⁴ Neste caso, caberia um diálogo com o debate historicamente acerca da reificação (HONNETH, 2018; LUKÁCS, 2012, 2013).

mostram também imprescindíveis para que não se reduza a problemática do poder a um debate esquizofrênico unicamente em torno do Estado. Em suma, a governamentalidade foucaultiana faz um diagnóstico preciso do neoliberalismo como uma racionalidade que determina a empresa enquanto forma de vida a partir das relações entre disciplina, biopolítica e o governo pela disseminação do medo e da (in)segurança, conforme comenta o Thomas Lemke (2017). O pensamento de Foucault nos permite reconhecer a natureza biopolítica das relações de poder que dizem respeito à questão de classe na sociedade moderna. Sendo assim, o poder do discurso exerce uma determinação de natureza biopolítica que atua no controle dos corpos, não apenas físico, mas sobretudo subjetivamente sob a lógica social da mercadoria; a exemplo de como a questão do discurso enquanto uma forma de poder, se desenrola no campo mais específico da luta de classes. Foucault é importante para se entender o poder como um processo não apenas negativo, mas sobretudo constitutivo do indivíduo, e que é exercido por meio de um discurso disciplinar vivenciado por meio de sofisticados mecanismos ideológicos, que circulam por dentro de cada sujeito, ao mesmo tempo que cerca todos eles, e os envolve em uma rede de controle caracterizada por uma intensificação e uma síntese daqueles valores morais decorrentes de uma costura entre, de um lado, a racionalidade neoliberal, e de outro, um moralismo neoconservador amparado em um avivamento (neo)fascista fortemente vinculado à mítica ideológica do cristianismo neopentecostal.

Em segundo lugar, no debate dos clássicos modernos, Hegel aparece como um autor fundamental no tocante a questão do trabalho como formador da consciência, da cultura e da vida ética. Sob esta embocadura, o discurso não é somente subjetividade, mas também objetividade subjetivada. O discurso se revela então como uma progressão imanente aos processos de subjetivação e modelagem dos indivíduos em sua formação social, o que Hegel chamou de *Bildung*. Assim, o discurso se apresenta como um conduto de passagem das formas de dominação decorrentes das relações de poder estabelecidas e vivenciadas ideologicamente pelos indivíduos em sociedade.

Por sua vez, a inflexão foucaultiana em Marx, nos revela uma mediação que não se reduz à discussão do Estado enquanto um lugar abstrato no qual o poder adquire centralidade. Essa crítica busca a urdidura das relações sociais que produzem o poder como uma força que simultaneamente cerca e preenche os indivíduos; bem como forma, modela e conduz as suas condutas enquanto uma progressão imanente, a partir dos seus desejos e impulsos mais primitivos, que foram completamente modelados pela lógica social da mercadoria e da troca. Uma lição de natureza epistemológica se coloca como central: toda e qualquer dedução ontológica das relações sociais unicamente a partir do trabalho enquanto uma universalidade abstrata, sem a inferência da mercadoria e do valor, se perde por não estabelecer a mediação com o negativo autônomo do trabalho, isto é, o capital.

Não obstante, o valor enquanto negativo do trabalho substantivado não é algo que vem de fora oprimir o trabalho e o trabalhador, mas, ao contrário, é a razão imanente ao capital e a mercadoria enquanto determinações da existência do ser social, seja como indivíduo ou como sociedade. O discurso e dispositivos biopolíticos do capital, representam uma exteriorização deste ser social no tocante à forma de vivenciar o conteúdo das relações sociais produzido a partir do próprio processo de trabalho. Essa

mediação se apresenta como uma contradição entre conteúdo e forma, que é “harmonizada” pela ideologia, por meio de discursos que se estabelecem enquanto tradição e costume, isto é, se naturalizam, assim como ocorre com a forma salário, que os trabalhadores vivenciam como algo natural e evidente. Marx nos fornece uma chave de leitura fundamental em *O Capital*:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (MARX, 1985, p. 854).

Desse modo, a ideologia, no seu discurso, é contraditória, mas não porque unicamente falseia a realidade, é mais complexo: trata-se de uma unidade contraditória (dialética) composta entre revelação e ocultamento, na qual a realidade (aparência) se afirma pela sua própria negação, para a consciência em tensão com suas próprias condições objetivas (essência) de produção do discurso que traduz a luta de classes a partir da relação entre capital e trabalho. Nesta mediação, ocorre um processo no qual, para si, a consciência desloca todos os corolários negativos na forma ideológica desse discurso vivenciar o conteúdo das relações sociais da sua própria vida, fazendo prevalecer a pura positividade. Por isso o trabalhador assalariado não quer libertar o trabalho do contrato social do salário, ao contrário, ele quer mudar de lugar na composição social. Legalizado na empresa, no sindicato, no partido político e no Estado social, com direitos, incluindo o de greve, num primeiro momento o trabalhador quer aumento salarial, e sob a racionalidade neoliberal, ele agora quer se tornar igual ao seu patrão, um empresário; nem que seja um “empresário” da sua própria força de trabalho e da sua previdência, conforme atesta o Grupo Krisis (2003). Na totalidade das relações sociais, isso reflete o fato de que a forma se autonomizou e subjugou o conteúdo na contextura ontológica do ser social.

Por isso Marx, em sua análise, enfoca sempre a forma: forma mercadoria (*Werkeform*), forma do valor (*Wertform*), e sobretudo, o capital enquanto uma forma social que se constitui em seu conteúdo último como trabalho armazenado – conforme já havia observado Adam Smith. Quanto ao trabalho, aprofunda-se a sua subsunção real ao capital. O trabalho não deixa de ser a pedra ontológica angular, mas sob a dominação do capital, o trabalho não passa de um momento do desenvolvimento do mais-valor. Nesta direção, o fim do capitalismo clássico se expressa à medida que o capital fictício produz uma realidade política para a qual a indústria e o trabalho não conseguem mais exercer determinações para o jogo político que conforma a luta de classes na atualidade. A produção é completamente subjugada pela irracional racionalidade financeira, juntamente com as formas tecnológicas de dominação – como observou Herbert Marcuse (1982). Então surge a pergunta: como fica a situação política das classes sociais formuladas por Marx a partir da análise da produção?

A questão da luta de classes e a relação sub-reptícia entre mercadoria e ideologia

A hegemonia que nascia na fábrica, como queria Gramsci, ou o proletariado como classe social que carrega em si a síntese social desta sociedade e da sua emancipação, como tivemos nos tempos de Marx; nada disso existe mais com o peso político que já teve outrora. O proletariado existe em si conforme formulou Marx – desde o chão de fábrica até o campo, garimpos e minas –, mas para si, sob a racionalidade e o discurso neoliberais, ele se tornou empreendedor de si mesmo, ele deseja ser capitalista (até mesmo o entregador ou motorista de aplicativo se vê como um empresário). Neste sentido, precisamos levar em conta dois aspectos da mediação em questão:

- 1) O capital, por meio da lógica social da mercadoria se tornou uma racionalidade imanente ao modo de ser socialmente estabelecido; se tornou a ontologia determinante. Afinal, o capital não veio de Marte assolar os trabalhadores; ao contrário, o capital é a forma que adquiriu o trabalho ao longo do seu desenvolvimento histórico. Não obstante, a mercadoria exerce seu poder não como uma coisa, mas sobretudo ideologicamente, como forma discursiva dos indivíduos vivenciarem o conteúdo das relações sociais; a mercadoria é a principal determinação de produção do discurso que constitui o sujeito na sociedade capitalista;
- 2) Precisamos lembrar que o trabalho não produz apenas mercadorias como coisas ou valores de uso enquanto veículos do valor de troca; o trabalho produz sobretudo, formas e processos de subjetivação – e neste ponto Hegel é fundamental quando diz que o trabalho é formador da consciência. No capitalismo contemporâneo, o operário continua lá na fábrica sendo explorado, sendo cada vez mais substituído pela máquina. Todavia, a sua subjetividade política não é mais de operário. A subjetivação do trabalhador e da trabalhadora é a do empreendedor de si mesmo, ou seja, é a do neoliberalismo como forma de vida, e não apenas como cartilha econômica. Via de regra, a ordem do discurso e do pensamento operários não correspondem à condição social de operário – e isso vale para o trabalhador em geral. A mudança está no fato de que o trabalhador quer ser burguesia, e não tomar o poder da burguesia. E isso passa justamente pelo plano da consciência enquanto subjetividade objetivada, que faz a luta de classes se desmanchar no ar enquanto consciência de si; ela existe, mas não é uma realidade política, pois não se realiza mais sendo dita como um discurso político capaz de mobilizar um Sujeito revolucionário, como sonharam Marx e Engels. A relação entre o fetiche da mercadoria e a forma ideologia aparece justamente no fato de que a operação ideológica “harmoniza” a contradição estabelecida entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais, e de outro, as formas da consciência vivenciar subjetivamente esse conteúdo na esfera ético-política.

Podemos encontrar um importante argumento filosófico na própria ontologia marxiana: Marx em 1844, destacou que “a essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada enquanto atividade sendo para si, enquanto sujeito, enquanto pessoa, é o trabalho” (2008, p. 99). No entanto, *urbi et orbi*, o sujeito do trabalho (o trabalhador) não vivencia o conteúdo das relações reconhecendo-se nesta essência; ao contrário, como coloca o Norman Geras no ensaio *Marx and the Critique of Political Economy* (1977, p.

286), há uma ruptura entre o conteúdo das relações sociais e a forma por meio da qual estas são vivenciadas pelos indivíduos. Essa ruptura formulamos aqui como uma contradição, entre, de um lado, o conteúdo das relações sociais estabelecidas sob a subsunção do trabalho ao capital, e de outro, a forma dos indivíduos vivenciarem essas relações sob a racionalidade e o discurso neoliberais. Neste sentido, a ideologia opera justamente na direção de “harmonizar” a contradição em favor do movimento da lógica social da mercadoria sob a racionalidade neoliberal. Por meio dessa dama artilosa chamada ideologia, a lógica do valor garante sua determinação ontológica, o que na conjuntura hodierna, se expressa no neoliberalismo, leia-se: não apenas como uma cartilha econômica, mas sobretudo como uma racionalidade política que se expressa e se exterioriza na forma de um discurso de destruição da lógica democrática da cidadania social.

Por sua vez, temos uma outra contradição: embora a cidadania social (previdência, direitos sociais, trabalhistas, etc.) esteja sendo destruída enquanto conteúdo da democracia liberal, por outro lado, isso é feito mantendo-se a forma e a liturgia da democracia (mesmo que adulterada no seu conteúdo). Isso produz um fenômeno no qual o discurso democrático, enquanto prática social e forma de se vivenciar o conteúdo das relações sociais, é esvaziado do seu significante político, ocorrendo o que a Wendy Brown (2018a; 2018b) denomina por *de-democratization*. Contudo, como fica a formulação marxista mais ortodoxa no tocante à questão da luta de classes?

Com base na provocativa tese que o filósofo francês Bernard Edelman elabora em *A legalização da classe operária* (2016), a partir do momento que o contrato de trabalho é um contrato de venda do trabalho, temos então que para a subjetivação do trabalhador, a relação entre capital e trabalho se torna “invisível”. Em consequência disso, ao longo do desenvolvimento da luta de classes no sistema capitalista, a verdade comunista de libertar o trabalho e o trabalhador, foi engolida pela verdade social de que todos querem sim é se libertar do trabalho, e não libertar o trabalho, conforme chama atenção o Grupo Krisis, na obra *Manifesto contra o trabalho* (2003).

Neste sentido, a luta de classes perde seu conteúdo político para si, no tocante ao seu discurso inicialmente produzido no chão de fábrica e nas suas formas de subjetivação. Temos então a contradição de que a luta de classes existe, mas não é efetivamente real, posto que o sujeito trabalhador não a reconhece como uma realidade política a ser vivenciada; ao contrário, a realidade política do trabalhador se tornou a racionalidade neoliberal do homem Uber e do consumidor Nubank, ou seja, o egoísta e individualista empreendedor de si mesmo, para o qual o capital é o seu *ontos* e a mercadoria é o seu *ethos*. Nesta direção, a luta de classes vai se revestindo cada vez mais de contornos reivindicatórios de caráter moralista dentro do jogo político, no qual, a dicotomia tradicional entre burguesia e proletariado se torna uma linguagem política ultrapassada. Conclusão: a luta de classes assim como formulada por Marx a partir das formas de consciência política produzidas na esteira do chão de fábrica, não existe mais como formas de consciência efetivas na realidade política. Não são reconhecidas e vivenciadas pela consciência do trabalhador, que foi capturada por um discurso que não é o seu. Os processos de subjetivação sob a lógica social da mercadoria reduziram a luta de classes a um fenômeno puramente em si: existe, mas não tem

realidade política efetiva na modelagem e condução das condutas. Isso significa dizer que se trata de um conteúdo que não detém mais uma forma de ser vivenciado politicamente, que corresponda a um discurso efetivo que dê vida à revolução proletária, pois se tornou um discurso político esvaziado do seu próprio significante social.

Considerações finais

A luta de classes existe sim. E dificilmente deixará de existir, porém, aprendemos com Hegel que existir não significa ser real; existir em si não significa adquirir realidade para si na forma dos sujeitos vivenciarem aquilo que reconhecem como real. As formas de vivenciar a luta de classes foram captadas pela linguagem da mercadoria. Os trabalhadores se serviram do banquete da mercadoria; essa flor de lótus produzida pelo próprio processo de trabalho. Analogamente aos emissários de Ulisses na Odisséia, após adentrar ao mundo do fetiche da mercadoria – mundo este produzido pelos próprios trabalhadores –, ninguém quer mais voltar ao deserto do real. Afinal, não é o capital que produz a mercadoria; mas é o trabalho que produz a sua própria flor de lótus, e historicamente vem cada vez mais inebriado com ela. O sujeito formado socialmente no e pelo trabalho, perdeu-se no estranhamento diante da sua própria história subjetivamente objetivada na forma social que adquiriu a exteriorização do ser social: a mercadoria.

O operário foi legalizado na empresa, no partido político, no sindicato, no Estado, conforme atesta o Bernard Edelman (2016). O sindicato virou uma indústria do corporativismo. A greve se tornou direito e deixou de ser desobediência civil; foi enquadrada na normatividade jurídica do direito burguês; foi submetida as regras do jogo político da dominação capitalista⁵. O operário e o trabalhador em geral continuam a produzir mais-valor, mas a dialética está no fato de que sua forma de ser subjetivamente está em contradição com a sua condição social objetiva; e esta contradição é a forma viva do capital e da mercadoria estabelecidos como formas de consciência que se realizam sendo ditas, no discurso por meio do qual o sujeito se reconhece no conteúdo das suas próprias relações sociais. Em suma, o que aniquila a realidade política consciente de si da luta de classes é que a forma da consciência trabalhadora vivenciar o conteúdo das relações sociais, que não corresponde a uma visão crítica dessas relações.

Por fim, não subestimemos a potência ideológica desse discurso contemporâneo constituído na conjuntura hodierna, pela urdidura entre o neoliberalismo e o moralismo do autoritarismo cristão amparado em um avivamento neofascista. No passado foi o Chile com Pinochet, vide agora a Bolívia com o golpe sobre o Evo Morales, e também o Brasil com o golpe sobre Dilma e ascensão de Bolsonaro. O discurso da extrema direita não opera através de análises racionais, mas por meio da produção de mitos e inimigos. Tanto o Wilhelm Reich, em *Psicologia de Massas do Fascismo* (2001), como o Theodor Adorno em 1951, com o ensaio *A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista* (2006), alertaram justamente que a ideologia opera na política por meio da produção de rapsódias; isto porque somos seres produtores de

⁵ Vale também a importante análise do Alysson Mascaro (2013).

mitos. O problema é como essa mitologia chega à arena da realidade política. Neste ponto, a democracia é a chave. E seu oposto é justamente o fascismo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 07, 2006.
- BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial, neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Zazie, 2018a. (Pequena Biblioteca de Ensaios).
- BROWN, Wendy. Hoje em dia, somos todos democratas. *Revista Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 291-302, jan./jun. 2018b.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo*. Autonomia literária, Outras palavras, 2017.
- DURAND, C. *Fictitious capital: how finance is appropriating our future*. London; Brooklyn: Verso, 2017.
- EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GERAS, Norman. Marx and the Critique of Political Economy. In: BLACKBURN, Robin (ed.) *Ideology and Social Science: politics, sociology, anthropology, economics, history*. Fontana/Collins, 1977. p. 284-305.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- HONNETH, Axel. *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2016.
- LEMKE, Thomas. *Foucault, governamentalidade e crítica*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. 1. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, 2. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. [Ökonomie-philosophische Manuskripte] Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. 2. reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III – O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3 – O processo global de produção capitalista. Vol. V. 4. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MASCARO, Alysso Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia das massas do fascismo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.